

Com. Brasil

Passo arriscado

As autoridades da área econômica não devem ceder à pressa na tentativa de fazer que o "solução inflacionário" deste mês seja passageiro. Caso contrário, vai se correr o risco de fazer que a confiança que vem cercando a atual política econômica desapareça.

O ministro Marcílio Marques Moreira corre o risco de enveredar pelo perigoso caminho da afobação. Falando a duas comissões da Câmara dos Deputados, S. Exa. afirmou que o Executivo vai aprofundar a política econômica, sobretudo no campo das reformas estruturais, e estuda a melhor forma de levar o problema às lideranças empresariais e políticas. S. Exa. acrescentou que o melhor caminho para isso é realizar um grande seminário do qual participarão as 51 Câmaras Setoriais. Na ocasião, segundo ele, será possível coordenar expectativas para refrear as taxas de inflação.

O ministro aceitou, explicitamente, a sugestão do deputado Aloisio Mercadante (PT-SP), que deseja estender a todos os setores o acordo firmado entre a indústria automobilística, os governos da União e do Estado de São Paulo e os

trabalhadores metalúrgicos do ABC — com os resultados conhecidos. O seminário das Câmaras Setoriais reunirá cerca de 600 pessoas — o que por si inviabiliza o encontro. Mais importante do que esse aspecto é aquilo que nele se deverá discutir, segundo o ministro Marcílio Marques Moreira.

Que se deverá entender por "coordenação de expectativas" para refrear a taxa de inflação? Controle de preços? O ministro é contra a idéia, que agride toda a sua política; os presidentes da CUT e da CGT pensam diversamente. Para Meneguelli, será preciso "algum tipo de monitoramento" por parte do governo; para Francisco Pegado, "sem controle de preço, qualquer tentativa dará em nada". Economistas, por sua vez, entendem que, sem controle dos gastos públicos, nada será feito.

Reunir 600 pessoas para discutir uma política de rendas fixada "informalmente" pode ser um gesto — mais nada do que isso, porém. Por essa razão, a idéia merece ser examinada com cuidado para não afetar a credibilidade da política do ministro Marcílio Marques Moreira.